

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios plataforma e navios operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África.

Requerimento de Convocação

Nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579 de 1952 e do art. 36, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva do Sr. MILTON PASCOWITCH, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias relacionadas à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS).

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias oriundas da Operação Lava-Jato são da maior gravidade e expõe a corrupção como problema estrutural do Brasil. Segundo denúncia do Ministério Público, um consórcio criminoso de empreiteiras – as maiores do Brasil – era favorecido em contratos com a Petrobrás por diretores corruptos da estatal. Em troca, o consórcio pagava propina a “operadores” indicados por partidos da base do governo com o objetivo de financiar campanhas eleitorais. O procedimento, embora grave, é comum em muitas partes do Brasil.

Por isso, a CPI da Petrobrás pode ser um importante momento de reflexão sobre a dinâmica dos contratos públicos, a corrupção, o loteamento dos espaços estatais e o financiamento empresarial de campanhas eleitorais.

De acordo com informações que fazem parte do inquérito que investiga Dirceu no âmbito da Operação Lava-Jato, tornado público recentemente pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recebeu por meio de sua empresa de consultoria R\$ 1,45 milhão de Milton Pascowitch, citado pelo ex-gerente da diretoria de Serviços da Petrobras Pedro Barusco como operador de pagamento de propinas ao PT a serviço da empresa Engevix.

Os pagamentos a Dirceu foram realizados em 2011 (R\$ 300 mil) e em 2012 (R\$ 1,1 milhão), através de uma empresa de Pascowitch, a Jamp Engenheiros Associados Ltda, sexta no ranking dos pagamentos feitos ao ex-ministro desde a sua saída do governo.

Nas declarações do empreiteiro Gérson de Mello Almada, vice-presidente da Engevix Engenharia, o dinheiro da propina era entregue a Pascowitch: “A pedido (de Pascowitch) repassei dinheiro para o PT, para Vaccari. Como ele (Pascowitch) tinha relacionamento com o pessoal do PT trazia pedidos não vinculados a obras, mas a doações para o partido nas épocas das eleições ou em dificuldades de caixa do partido”.

Para a força tarefa da Lava Jato, Milton Pascowitch é um dos onze operadores de propinas que atuavam no âmbito da Diretoria de Serviços da Petrobrás, então sob comando do engenheiro Renato Duque, preso pela Operação ‘Que País é esse?’, décima fase da Lava Jato.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. MILTON PASCOWITCH para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 19 de março de 2015

**Deputado Federal Ivan Valente
PSOL/SP**